
	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO</b>  <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	
---	---	---

**CONTRATO Nº 31/2015**  
**PA Nº 1858/2014**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS CONTINUADOS DE  
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E  
CORRETIVA, INSTALAÇÃO,  
DEINSTALAÇÃO E REALOCAÇÃO DE  
APARELHOS DE AR CONDICIONADO,  
QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL  
REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª  
REGIÃO, E A EMPRESA ATRIOS  
COMERCIO, SERVIÇOS E  
MANUTENÇÃO LTDA-ME.**

Pelo presente instrumento particular, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**, com sede nesta cidade, na Avenida Vitorino Freire, nº 2001, Areinha, CNPJ/MF nº 27.711.670/0001-72, daqui por diante denominado **CONTRATANTE**, neste ato, representado pelo Exmo. Desembargador Presidente, **LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR** e, de outro lado, a empresa **ATRIOS COMERCIO, SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA-ME**, situada à Rua 15, Quadra 69, Nº 18, Altos do Calhau, CEP: 65071-000, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF nº 06.253.312/0001-93, doravante denominada **CONTRATADA**, legalmente representada pelo Sr **VANILSON SILVA DE MEDEIROS**, portador do RG nº 705668 SSP/MA, CPF: 255.712.653-53, ajustam entre si este Contrato, na forma constante do PA nº 1858/2014, com base no **Edital do Pregão Eletrônico nº 27/2015** e seus Anexos, regidos pelas disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto 5.450, de 31.05.2005, Decreto nº 7.892/2013, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), Decreto nº 6.204/07 e Lei nº 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor), o qual se regerá pelas cláusulas e condições a seguir discriminadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**



Este contrato tem por objeto:

1. A prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado (tipo individual – Janela e *Split*, e central – *Self Contained*), instalados no Prédio Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – MA, Bloco “B”, Arquivo Geral, Fórum Astolfo Serra e Varas do Interior do Estado, incluindo reposição de peças necessárias a realização dos serviços, conforme especificações e quantidades estabelecidas no ANEXO D do Termo de Referência nº 14/2015.

Contrato nº 31/2015

1



	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO</b>  <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	
---	---	---

2. Serviços de instalação, desinstalação e realocação de equipamentos de ar condicionado (tipos individual – Janela e *Split*), fornecidos sob demanda, localizados no Prédio Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – MA, Bloco “B”, Arquivo Geral, Fórum Astolfo Serra e Varas do Interior do Estado, conforme especificações e quantidades estabelecidas no ANEXO E do Termo de Referência nº 14/2015.

**Parágrafo primeiro.** Os empregados da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**. Caberá à **CONTRATADA** recrutá-los em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade efetuará todos os pagamentos de salários, cumprirá todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade com o **CONTRATANTE**, inclusive em matéria trabalhista.

**Parágrafo segundo.** À **CONTRATADA** é vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste contrato, nos termos do art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo terceiro.** Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados, constantes do Protocolo nº 1858/2015:

- Edital do Pregão Eletrônico nº 27/2015 (doc. 95);
- Termo de Referência Nº 14/2015 (doc. 63);
- Proposta da **CONTRATADA** devidamente assinada e rubricada (doc. 113);
- Ata do Pregão Eletrônico nº 27/2015 (doc.111).

**Parágrafo quarto.** A prestação de serviços inclui o fornecimento de materiais e a utilização de equipamentos necessários e adequados à manutenção e à execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da Ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica (doc. 44).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor estimado anual da presente contratação é de **R\$ 583.999,76** (quinhentos e oitenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), nele já incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e previdenciários, seguros, fretes, vale alimentação e vale transporte, materiais, equipamentos, taxas e impostos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste, conforme tabelas a seguir:

Contrato nº 31/2015



Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt16.jus.br/validardocumento>

Identificador de autenticação: 1001858.2014.000.00963

Seq. null - p. 2 de 22

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO DESEMBARGADOR LUIZ COSMO DA SILVA JUNIOR (Lei 11.419/2006)  
 EM 17/11/2015 10:47:31 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 6885318D10.36DE19AC72.BCF66D6681.810C023A85



	<b>PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO</b> <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA</b> <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	 CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
---	---	--

ITEM 1 – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO	
VALOR ESTIMADO MENSAL	R\$ 31.999,98
VALOR ESTIMADO ANUAL	R\$ 383.999,76

ITEM 2 – INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REALOCAÇÃO DE SPLIT NO PRÉDIO-SEDE, FÓRUM ASTOLFO SERRA E ARQUIVO GERAL (SÃO LUÍS) E VARAS DO INTERIOR.	
VALOR ESTIMADO ANUAL	R\$ 200.000,00

**Parágrafo primeiro:** As tabelas acima contém os valores mensais, anuais e globais dos itens especificados e estabelecidos quantitativamente no **Anexo D do Termo de Referência** (doc. 63) e na **Proposta da Contratada** (doc. 113).

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS.**

Os serviços serão executados de forma continuada, envolvendo a manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, incluindo ainda, por demanda, os serviços de instalação, desinstalação e realocação de condicionadores de ar.

**Parágrafo único.** Os serviços de instalação, desinstalação, realocação de condicionadores de ar são serviços acessórios à manutenção para assegurar o perfeito funcionamento e a conservação dos equipamentos de ar condicionado que tem como objetivo climatizar e manter a boa qualidade do ar e de temperatura nos ambientes de trabalho, descritos no Anexo C do Termo de Referência.

##### **1. Manutenção Preventiva:**

1.1. Entende-se por **Manutenção preventiva** aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações do Sistema de Climatização, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

1.2. A manutenção preventiva das instalações tem por objetivo antecipar-se, por meio de ensaios e rotinas, ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou desuso.

1.3. Os serviços de manutenção preventiva compreendem os serviços de manutenção preventiva programada que estabelece procedimentos a serem adotados dentro de determinadas periodicidades, mensal, trimestral e semestral, devendo os itens especificados em cada período, serem executados em sua totalidade de acordo com o Cronograma. É a verificação do estado geral dos aparelhos e eventual troca de peças.

##### **1.3.1. Manutenção Preventiva Programada:**





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



1.3.1.1. A manutenção preventiva programada será executada de acordo com cronograma elaborado pela Contratada, que será enviado para o Contratante para validação em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

1.3.1.2. O cronograma de manutenção preventiva programada deverá obedecer à periodicidade de atividades estabelecidas no ANEXO B.

1.3.1.3. Havendo necessidade de redefinição do cronograma, este deverá ser devidamente justificado por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do evento.

1.3.1.4. A constatação de qualquer deficiência poderá ser feita pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, por ocasião da manutenção preventiva programada.

## **2. Manutenção Corretiva:**

2.1. Entende-se por **Manutenção corretiva** aquela destinada a substituir partes e peças, recompor, reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações do Sistema de Climatização e nos aparelhos, mantendo-os em perfeito funcionamento.

2.2. Os serviços de **manutenção corretiva** visam colocar em funcionamento o equipamento paralisado ou em funcionamento irregular, em condições normais de operação, quando da ocorrência de eventuais falhas nos aparelhos de refrigeração (defeitos ou quebras). Os serviços abrangerão as intervenções de técnicos para recuperação do sistema, efetuados com a substituição de partes, peças ou componentes avariados, ajustando, limpando e testando o funcionamento dos equipamentos.

2.3. Os defeitos ou quebras podem ser identificados, tanto pela CONTRATANTE como pela CONTRATADA, a qualquer momento ou por ocasião das rotinas de Manutenção citadas no **Anexo B do Termo de Referência**.

2.4. A Contratada deverá manter equipe com o pessoal necessário para a correta execução do contrato, devendo solucionar os eventuais problemas de funcionamento dos aparelhos nos prazos estabelecidos no item 2.5.

2.5. Constatada qualquer deficiência, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA para que essa realize o devido reparo, observando-se os seguintes prazos:

a) Para os serviços localizados em São Luís - Prédio Sede, Bloco "B", Arquivo Geral e o Fórum "Astolfo Serra" e seus Anexos, a CONTRATADA deverá se apresentar no local da prestação dos serviços em até 2 (duas) horas contados do recebimento da notificação, devendo realizar a manutenção corretiva de modo a regularizar o sistema em, no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

b) Para os serviços localizados nas Varas do Interior do estado do Maranhão, a contratada deverá se apresentar nos seguintes prazos:

b.1) Para os casos em que a distância entre a cidade de São Luís e a Vara do Trabalho onde será feito o atendimento seja **inferior a 400 quilômetros, no prazo de até 24 horas**, contados do recebimento da notificação, e realizar a manutenção corretiva de modo a sanar o defeito em até 48 (quarenta e oito) horas.

b.2) Para os casos em que a distância entre a cidade de São Luís e a Vara do Trabalho onde será feito o atendimento seja **superior a 400 quilômetros, no prazo de até 48 horas**, contados do recebimento da notificação, e realizar a manutenção corretiva de modo a sanar o defeito em **até 72 (setenta e duas) horas**.



2.5.1. O prazo para atendimento do chamado iniciará a partir de seu recebimento, que será formalizada por meio de comunicação verbal (telefone) ou escrita (ofício, e-mail, mensagem eletrônica etc.).

2.6. Executados os serviços, a CONTRATADA fornecerá relatório à Fiscalização da CONTRATANTE discriminando as intervenções corretivas executadas em cada local, no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

2.7. Verificada qualquer ocorrência que tenha motivado a não solução do problema, a Contratada deverá informar à contratante outro prazo maior que o estabelecido no subitem 2.5 para a correção do problema.

2.8. Quando na Manutenção preventiva ocorrer necessidade de utilização de peças e componentes para recuperação do equipamento, dever-se-á seguir as instruções estabelecidas na Cláusula Sexta.

2.9. Demais serviços de instalação, desinstalação e realocação dos condicionadores de ar serão executados por demanda, conforme as necessidades do órgão, através de Ordem de Serviço com a descrição do que deve ser executado indicando o prazo para a realização da execução.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REALOCAÇÃO.**

Os serviços de instalação, desinstalação e realocação dos condicionadores de ar tipo *Split* estão descritos no **ANEXO C** do Termo de Referência.

3. Deverão ser respeitadas as normas e manuais de instalação fornecidos pelos fabricantes dos equipamentos e dos materiais.

3.1. Todos os materiais a serem utilizados nas instalações serão novos, de classe, qualidade e grau adequados.

3.2. Todo e qualquer procedimento referente à fabricação, montagem, instalação e ensaios dos equipamentos e seus acessórios principais deverá estar em conformidade com as normas pertinentes com as últimas revisões dos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial as seguintes:

a) ABNT – NBR 16401 – Instalação de ar condicionado – sistemas centrais e unitários;

b) ABNT – NBR 5410 (antiga NB – 3) – Instalações elétricas de baixa tensão.

3.3. Todos os materiais utilizados na manutenção assim como as operações de instalação, desinstalação e realocação deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolamentos térmicos que deverão ser feitos de material incombustível ou auto-extinguível.

3.4. A Contratada deverá verificar junto aos quadros de energia elétrica a disponibilidade nos barramentos (reserva) e, caso necessário, fornecer e instalar os disjuntores compatíveis aos equipamentos a serem instalados, bem como os dutos de interligação elétrica até os referidos equipamentos.

3.5. Qualquer alteração na carga elétrica a ser realizada no Prédio Sede, Bloco “B”, Arquivo Geral, Fórum “Astolfo Serra” e Varas do Interior do Estado somente poderá ser feita na presença da Fiscalização ou pessoa por ele designada.



**CLÁUSULA SEXTA – DOS MATERIAIS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE MANUTENÇÃO DO AR CONDICIONADO.**

A CONTRATADA fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços de manutenção ora licitados, devendo, obrigatoriamente, a CONTRATADA incluir no preço do serviço os correspondentes custos.

4. A estocagem de equipamento e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.

4.1. Os equipamentos que sejam de propriedade do Contratante e devam ser retirados pela Contratada para as atividades de manutenção somente poderão ser levados com autorização formal da Fiscalização.

4.1.1. Nos casos em que a manutenção ocorra nas Varas do Interior do Estado, a autorização formal ficará a cargo do Diretor de Secretaria ou pessoa por ele designada.

4.2. As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da CONTRATADA de forma a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que acaso poderão estar trabalhando concomitantemente.

4.3. Todo o transporte vertical e horizontal de equipamentos e materiais ficará a cargo da CONTRATADA.



4.4. Representa ônus da CONTRATADA a disponibilização, livre de qualquer pagamento adicional, de todo MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado, tais como álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, palha de aço, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desencrustantes, produtos anti-ferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, supercolas ou cola instantânea, massa adesiva, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno, e outros similares. Desse modo, a CONTRATADA deverá incluir no preço dos serviços os correspondentes custos.

4.5. A CONTRATADA, durante a execução contratual, também deverá fornecer, sem fazer jus a pagamento adicional, o seguinte MATERIAL DE REPOSIÇÃO: correias e polias, rolamentos, relés de proteção, capacitores, parafusos, terminais elétricos, cabos elétricos, disjuntores, fluidos e gás refrigerantes, todos os filtros, visor de líquido, telas e circuitos de controle de temperatura, disjuntores, termômetros termostatos, pilhas e demais peças não abrangidas pelo item 4.7. Desse modo, a CONTRATADA deverá considerar, na sua proposta de preço, os correspondentes custos.

4.6. Todos os gases que serão utilizados na limpeza dos sistemas tais como: gás de refrigeração, gases para pressurização e testes de vazamentos, gases de limpeza, devendo ser substituídos quando necessários, sem ônus adicional para o contrato;

4.7. Correrá por conta da CONTRATANTE os seguintes MATERIAIS DE REPOSIÇÃO: Compressores, ventiladores, controle remoto e placa eletrônica;



	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO</b>  <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	 <p align="center">CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO</p>
---	---	---

4.8. O MATERIAL DE REPOSIÇÃO a cargo da CONTRATANTE pode ser adquirido diretamente de terceiros para entrega à CONTRATADA, ou autorizado a esta que providencie tal aquisição, com posterior ressarcimento pelo respectivo custo, desde que o correspondente orçamento detalhado tenha sido previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO e esteja dentro do preço praticado no mercado.

4.9. Os custos com a instalação de materiais, inclusive os citados no item 4.9., deverão correr por conta da CONTRATADA, não podendo cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição dos preços unitários.

4.10. Na hipótese de ser necessária a aquisição de MATERIAL DE REPOSIÇÃO, cujo fornecimento seja responsabilidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a apresentar, de imediato, orçamento detalhado para viabilizar tal compra, com a completa identificação individualizada dos itens necessários aos serviços de manutenção, indicando obrigatoriamente a marca e modelo dos mesmos, acompanhados de seus correspondentes quantitativos e preços unitários.

4.11. A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento de MATERIAL DE REPOSIÇÃO apresentado pela CONTRATADA, cujo valor esteja muito acima do praticado pelo mercado, podendo obter orçamento específico por sua própria iniciativa para efeito comparativo.

4.12. Ocorrendo o previsto no item 4.9, quando do faturamento mensal, a Contratada deverá apresentar nota fiscal de venda para ressarcimento das despesas com as referidas substituições.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DAS PEÇAS.**

Os serviços de manutenção corretiva executados deverão ter um prazo de garantia mínima, a contar da execução deles, ainda que esse prazo se prolongue além do término do contrato.

- a) substituição de compressor – 1 (um) ano, contado do dia da instalação;
- b) substituição das demais peças – 90 (noventa) dias, contados do dia da instalação.

5. No caso de defeitos em materiais, equipamentos ou serviços cobertos por garantias de terceiros, fabricantes ou instaladores a Contratada deverá comunicar por escrito, imediatamente, ao fiscal do contrato, que diligenciará junto à assistência técnica responsável pela garantia.

5.1. A substituição de materiais e peças danificadas ou com vida útil exaurida dar-se-á somente por novos (as), originais ou compatíveis com os existentes, não sendo aceitas as que apresentarem qualquer indício de defeito ou pré-utilização.

5.2. Todas as peças destinadas à reposição fornecidas pela Contratada deverão ser novas, com características técnicas iguais ou superiores às defeituosas, com garantia enquanto perdurar o contrato, ficando estabelecido que as peças novas colocadas em substituição às defeituosas tornar-se-ão de propriedade do Contratante e ficarão sujeitas ao exame e à aprovação da Fiscalização.

5.3. As peças substituídas serão de propriedade do Contratante, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO, guardadas, devidamente identificadas com o número da ordem de serviço da manutenção respectiva, e liberadas para desfazimento após conferência pelo Gestor do Contrato.

Contrato nº 31/2015

7

Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt16.jus.br/validardocumento>

Identificador de autenticação: 1001858.2014.000.00963

Seq. null - p. 7 de 22

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO DESEMBARGADOR LUIZ COSMO DA SILVA JUNIOR (Lei 11.419/2006)  
EM 17/11/2015 10:47:31 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 6885318D10.36DE19AC72.BCF6D6D681.810C023A85



5.4. No que se refere ao fornecimento de peças cobertas pela presente contratação, a Contratada deverá:

a) Providenciar, quando houver necessidade de substituições de acessórios, componentes, partes e peças de reposição, que devem ser novos e originais do fabricante, no mínimo, 3 (três) orçamentos, com preços de mercado de empresas fornecedoras, que devem ser apresentados ao fiscal do contrato, que, por sua vez:

I. Autorizará o orçamento de menor preço ou

II. Não concordando com os valores apresentados rejeitará os respectivos orçamentos e fará nova pesquisa de preço junto a outros fornecedores.

b) Observar a rotina abaixo para a efetiva compra dos acessórios, componentes, partes e peças de reposição a serem empregados no contrato:

I. Realizar pesquisa de preços nos termos da alínea “a” acima;

II. Apresentar ao fiscal do contrato o resultado da pesquisa de preços realizada nos termos da alínea “a” acima;

III. Efetivar, após autorização por parte do fiscal do contrato, a respectiva compra e providenciar a entrega, às suas expensas, no edifício-sede do Contratante;

IV. Registrar no relatório mensal a efetiva utilização dos acessórios, componentes, partes e peças de reposição adquiridos;

V. Enviar mensalmente ao fiscal do contrato, em anexo à nota fiscal, a relação dos acessórios, componentes, partes e peças de reposição adquiridos no mês de competência do pagamento;

VI. Providenciar fotocópias das respectivas notas fiscais/faturas de compra de cada acessório, componente, parte ou peça de reposição cuja compra esteja na relação mencionada no subitem anterior.

c) Todos os produtos utilizados na limpeza dos equipamentos devem ser preferencialmente biodegradáveis, com o devido registro no Ministério da Saúde para esse fim.



d) A Contratada deverá arcar com todos os custos referentes à mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO MATERIAL, NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, REALOCAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR.**

As especificações técnicas do material estão descritas na tabela abaixo:

<b>Dos circuitos elétricos</b>	Utilizar cabos dimensionados segundo a norma NBR-5410 – ABNT, e utilizar isolamento de no máximo 0,6kV anti-chama.
<b>Das tubulações</b>	A tubulação deverá ter especificação para, no mínimo, resistir a uma pressão de 50 bar. Deverá receber isolamento térmico por toda extensão, sendo do tipo Armstrong ou Armaflex, com coeficiente de transmissão de 0,038W/mK, com espessura mínima de 13mm.
<b>Das fixações</b>	Deverão ser utilizados fixadores apropriados para tubulação e para as unidades evaporadoras de forma a suportar as cargas estáticas e dinâmicas e minimizar as vibrações. As estruturas de apoio de parede das unidades condensadoras de 36.000 a 60.000 BTU/H deverão ser confeccionadas em cantoneiras de 75 x 75 mm e espessura de 5mm, devendo ser fixadas por conjunto bucha metálica e parafuso de 60 x 8 mm de diâmetro.



	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO</b>  <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	 <p align="center">CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO</p>
---	---	---

<b>Dos isolamentos</b>	As tubulações de retorno e de drenagem deverão ser isoladas termicamente, mediante a utilização de calhas em espessura elastomérica de forma a não haver condensação.
<b>Das interligações entre as frigorígenas e entre as unidades divididas</b>	As interligações entre as unidades condensadoras e evaporadoras serão feitas por intermédio de tubos de cobre fosforoso, sem costura, desoxidados, recozidos e brilhantes, com liga C – 122 com 99% de cobre, com características adequadas à norma ABNT – NBR 7541, sendo uma linha de líquido e uma de sucção para cada unidade condensadora.
<b>Das interligações</b>	Deverão ser feitas, logo após as soldagens, vácuo de até 200µmHg durante 2 horas e quebrando-o duas vezes com Nitrogênio (N2) seco e verificando possíveis entradas de ar. As interligações das tubulações entre as unidades condensadora e evaporadora deverão ser envelopadas com material isolante térmico termotubo, com objetivo de evitar condensações indesejáveis. As tubulações deverão ser presas com abraçadeiras tipo “D” e isoladas com borracha para prevenir possíveis vazamentos futuros, devido às vibrações durante seu funcionamento.
<b>Do sistema de drenagem</b>	O sistema de drenagem deverá utilizar tubulação em PVC rígido de 32 mm de diâmetro, encaminhando para o ponto de drenagem pluvial mais próximo. Onde a tubulação de drenagem do condensador estiver no ambiente climatizado, a mesma deverá possuir isolamento.

#### **CLAÚSULA NONA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

A equipe que atuará na execução dos serviços deverá estar devidamente fardada com identificação funcional e fará uso de ferramentas, EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) adequados para execução dos serviços, conforme normas específicas.

##### **6. Prazo para Execução dos Serviços:**

6.1 Para os serviços de manutenção preventiva, o prazo de execução será o determinado no **ANEXO B** deste edital.

6.2 Para os demais serviços, os prazos para instalação desinstalação e realocação dos aparelhos deverão obedecer aos seguintes prazos a contar da emissão da Ordem de Serviço:

- a) 4 (quatro) dias corridos: nos prédios localizados em São Luís.
- b) 7 (sete) dias corridos: nos prédios localizados no interior do Estado.

6.3 A execução dos serviços poderá ser realizada nos dias úteis, feriados e finais de semana, com a anuência do responsável da Unidade, assim como com Ordem de Serviço expedida pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto.

##### **7. Horário para Execução dos Serviços:**

7.1 O horário para execução dos serviços será o estabelecido pelas partes, de forma a não prejudicar o andamento das atividades do Órgão.

7.1.1. A Contratante disponibilizará horário regular para execução dos serviços de segunda-feira a sexta-feira das 07:30h às 12:00h, e das 13:00h às 18:00h.

7.2 Em caráter excepcional, a execução dos serviços poderá ser realizada nos finais de semana, para que seja mais desenvolvida com segurança e, desde que seja programada com o Fiscal do contrato, conforme determinado na Cláusula Catorze deste contrato.

##### **8. Materiais Pertinentes à Execução do Serviço:**

Contrato nº 31/2015

9





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



8.1 Para a perfeita execução dos serviços, a licitante deverá possuir materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços.

8.2 A Contratada deverá possuir os materiais mínimos relacionados abaixo para a execução dos serviços:

- 3 veículos tipo furgão ou *pick up*
- 4 máquinas de solda oxiacetilênica
- 4 bombas de vácuo
- 4 manifolderes
- Máquina recolhadora de gases CFC e HCFC
- Galpão com no mínimo 100m<sup>2</sup> ou para eventual armazenamento de equipamentos
- Ferramentas:

Chave Fenda 1/4" X 6"	Alicate de Pressão	Válvula Reguladora Nitrogênio
Chave Fenda 1/8" X 3"	Jogo Soquete + Catraca 9 a 19 mm	Mini Amperímetro Digital
Chave Cotoco Fenda 3/16"	Chave Inglesa 15"	Balança Eletrônica de Precisão Digital
Chave Cotoco Phillips 3/16"	Chave Inglesa 12"	Aparelho Solda Oxiacetilênica
Chave Phillips 1/4 X 4	Chave Inglesa 6"	Cortador de Tubos
Chave Fenda 5/16" X 6"	Estilete Padrão	Flangeador de Tubos
Alicate Universal	Trena de Bolso 5M	Vacuômetro Digital VG 64
Alicate Corte Diagonal	Lanterna com Pilha	Mala de Ferramentas
Alicate de Bico 6"	Jogo Chave Combinada 6 A 22MM CRV	Bancadas de Madeira, Granito ou Concreto com a capacidade e tamanho para suportar o peso dos aparelhos
Estojo Chave Hallen 25 Peças	Válvula de Segurança para Nitrogênio	

8.3. Considerando que o Prédio Sede, Bloco "B", Arquivo Geral e o Fórum "Astolfo Serra" concentram o maior quantitativo de aparelhos de ar condicionado, a empresa licitante deverá possuir oficina especializada na referida cidade (São Luís) e/ou Regiões Metropolitanas (São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa), com área ampla para guarda dos equipamentos em manutenção corretiva. A oficina deverá estar equipada com maquinário adequado para realizar a manutenção corretiva dos aparelhos e prestar suporte para a realização desses serviços nas Varas do Interior do Estado.

8.4. A Contratada deverá disponibilizar os seguintes materiais:

a) Materiais e equipamentos de proteção individual - EPI's;

Contrato nº 31/2015

10

Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt16.jus.br/validardocumento>

Identificador de autenticação: 1001858.2014.000.00963

Seq. null - p. 10 de 22



- b) Fardamento de seus funcionários e colaboradores;  
c) Todos os materiais adicionais necessários para a correta execução dos serviços.

**9. Locais de Execução dos Serviços:**

9.1. Os serviços serão executados nos seguintes endereços:

- a) TRT Sede, Fórum “Astolfo Serra” (Av. Sen. Vitorino Freire, Areinha, São Luís);
- b) Varas do Trabalho do interior do Estado:
- I. Chapadinha (Rua Juscelino Kubitschek, nº755, Praça Viva);
  - II. Imperatriz (Bairro Cinco Estrelas - Rua da Saudade, Qd. 12, Loteamento PQ. das Palmeiras);
  - III. Estreito (BR 010, nº 20 - Edifício “Altino Campos);
  - IV. Açailândia (Rua Fortaleza, 272 Centro);
  - V. São João dos Patos (Av. Getúlio Vargas, 60, Centro);
  - VI. Timon (Av. Jaime Rios com Rua Dr. João Lula, s/n);
  - VII. Pedreiras (Bairro Mutirão Av. Marly Bouéres e rua 05, s/n);
  - VIII. Santa Inês (BR 316 Km 135);
  - IX. Bacabal (Rua Barão de Capanema, nº 258, Centro);
  - X. Presidente Dutra (Rua Magalhães de Almeida, n.º 176, Centro);
  - XI. Balsas (Rua José Leão, nº 1059, Centro);
  - XII. Barra do Corda (Rua Coelho Neto, nº 348, Centro);
  - XIII. Pinheiro (Avenida Paulo Ramos, nº 35, Centro);
  - XIV. Barreirinhas (Av. Joaquim Soeiro de Carvalho, s/n, Centro);
  - XV. Caxias (Praça Vespasiano Ramos, nº446, Centro).

**10. Acordo de Nível de Serviço (ANS):**

10.1. Com vistas à melhoria contínua na prestação de serviços objeto deste contrato, será estabelecido um Acordo de Nível de Serviços nas condições descritas a seguir:

10.1.1. O Acordo de Nível de Serviço (**Anexo G do Termo de Referência**) constitui um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o Contratante e a Contratada, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento (IN SLTI/MP nº 02 de 30/04/2008).



10.1.2. Haverá o estabelecimento de metas a serem cumpridas as quais serão representadas por indicadores que medirão a qualidade da prestação dos serviços. Para cada um dos indicadores será atribuída uma sanção, que poderá ser multa cumulada ou não com advertência e rescisão contratual, com base nas orientações contidas nos quadros que descrevem os indicadores.

INDICADORES
<b>Nº 01 PRAZO DE ATENDIMENTO DE DEMANDA (OS)</b>

Contrato nº 31/2015

11



	<b>PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO</b> <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA</b> <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
---	---	---

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão
Meta a cumprir	Para instalação em São Luís - 4 (quatro) dias corridos. Para instalação no interior do Estado do Maranhão - 7 (sete) dias corridos
Instrumento de medição	Sistema manual de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) em papel
Forma de acompanhamento	Checagem das Ordens de Serviço com atesto da fiscalização
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Cada Ordem de Serviço será verificada e valorada individualmente. Nº de dias no atendimento / (4 dias ou 7 dias) = X
Início de vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1: 100% do valor da Ordem de Serviço De 1 a 1,5: 90% do valor da Ordem de Serviço De 1,5 a 2: 85% do valor da Ordem de Serviço
Observações	-
<b>Nº 02 QUALIDADE DO RESULTADO APRESENTADO</b>	
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada
Meta a cumprir	Plena funcionalidade do equipamento, assim como atendimento das especificações da Cláusula Oitava
Instrumento de medição	Inspeção visual
Forma de acompanhamento	Checagem das Ordens de Serviço com ateste da fiscalização
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Somatório de pontuação existente no formulário de Diretrizes para Fiscalização (Anexo B)
Início de vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1: 100% do valor da Ordem de Serviço De 1 a 5: 90% do valor da Ordem de Serviço De 5,5 a 8: 85% do valor da Ordem de Serviço
Observações	-

10.1.3. Para cada necessidade de manutenção corretiva, instalação, desinstalação e realocação, o Contratante abrirá uma Ordem de Serviço (**Anexo A do Termo de Referência**), com a descrição do que deve ser executado, indicando o prazo para execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

Caberá à empresa **CONTRATADA**:

- Certificar a data do recebimento da Nota de Empenho;
- Indicar nome e telefone do profissional que atuará como preposto, devendo o mesmo se reportar diretamente ao Fiscal do Contrato, acompanhar e se responsabilizar pela instalação, desinstalação e realocação dos aparelhos, inclusive pela regularidade técnica dos serviços conforme preceitua o art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- Garantir, pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir do recebimento definitivo, a perfeição dos serviços executados;

Contrato nº 31/2015



12

Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt16.jus.br/validardocumento>  
 Identificador de autenticação: 1001858.2014.000.00963

Seq. null - p. 12 de 22

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO DESEMPREGADOR LUIZ COSMO DA SILVA JUNIOR (Lei 11.419/2006)  
 EM 17/11/2015 10:47:31 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 6885318D10.36DE19AC72.BCF66D6681.810C023A85



	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO</b>  <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	 <p align="center">CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO</p>
---	---	--

- d) Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes;
- e) Fornecer ao **CONTRATANTE**, em até 2 (dois) dias úteis, antes do início dos serviços, o nome, a função e o número do documento de identificação dos empregados designados para a execução os serviços contratados;
- f) Responsabilizar-se exclusivamente por tudo quanto concorrerem à perfeita execução do contrato tais como: fornecimento de materiais e acessórios, ferramentas e equipamentos de instalação; transportes de materiais; fornecimento de mão de obra especializada; recolhimento de impostos e contribuições; encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e demais itens pertinentes, direta e indiretamente necessários à perfeita execução contratual;
- g) Entregar documentação comprobatória da contratação e qualificação do responsável técnico sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, no decorrer da vigência do contrato;
- h) Utilizar exclusivamente mão de obra de seus empregados para a realização dos serviços, assumindo total responsabilidade pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que eles não têm vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;
- i) Elaborar, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços produzidos, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação;
- j) Dispor de veículos e sistemas de comunicação eficiente, de forma a garantir o cumprimento dos prazos de atendimento;
- k) Elaborar relatórios de ocorrência, bem como de todas as visitas de manutenção, caso estas aconteçam, com registros individuais de data, horário e identificação do funcionário que realizou os serviços;
- l) Providenciar o uso de uniformes completos, limpos e com crachá em lugar visível para os funcionários que irão proceder aos serviços;
- m) Zelar pela utilização por parte de seus funcionários de equipamentos de segurança pessoal, que devem ser adquiridos às expensas da **CONTRATADA**. A resistência a não utilização destes poderá ensejar rescisão contratual;
- n) Entregar o local do serviço limpo, sem a presença de restos de produtos utilizados para o serviço ou quaisquer outros materiais, para perfeita condição de uso, bem como, atender as normas ambientais referentes à correta destinação de eventuais entulhos decorrentes dos serviços;
- o) Sanar, corrigir eventuais falhas ou erros verificados na execução de serviços, durante ou após, sob pena de incorrer nas sanções administrativas previstas neste

Contrato nº 31/2015

13



Contrato, no instrumento convocatório e no termo de contrato, inclusive substituindo materiais fornecidos que eventualmente não atendam às especificações técnicas exigidas para os tipos de equipamentos;

- p) Aderir ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Programa Trabalho Seguro, instituído no âmbito da Justiça do Trabalho, voltado à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, nos termos da Resolução CSJT nº 96/2012;
- q) Aderir ao “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho”, firmado entre o Governo Federal e as entidades patronais e representativas dos trabalhadores no dia 01/03/2012, visando à aplicação e efetividade das Diretrizes nele estabelecidas;
- r) Empregar egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas ou penas alternativas em percentual não inferior a 2% (dois por cento), segundo o que preconizam as Resoluções CSJT nº 70 e CNJ nº 114;
- s) Capacitar os trabalhadores em saúde em segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme Resolução CSJT nº 98/2012;
- t) Comprovar, por ocasião do recebimento da Nota de Empenho, não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;
- u) Comprovar, por ocasião do recebimento da Nota de Empenho, não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;
- v) Satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas neste Contrato;
- w) Responsabilizar-se pelos danos causados indevidamente ao imóvel e/ou a terceiros pela ação ou omissão durante a execução do contrato;
- x) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;
- y) Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA ONZE- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Contrato nº 31/2015

14

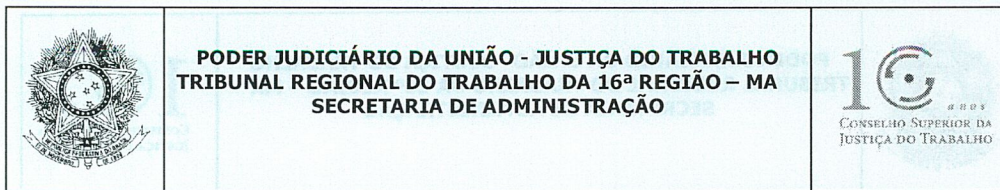
Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt16.jus.br/validardocumento>

Identificador de autenticação: 1001858.2014.000.00963

Seq. null - p. 14 de 22





Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Encaminhar à **CONTRATADA** a Ordem de Serviço e a Nota de Empenho respectiva;
- c) Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem com o atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- d) Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
- e) Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na Ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- f) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- g) A fiscalização exercida pelo Gestor do contrato não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto deste Contrato;
- h) Promover, por intermédio do executor do contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, com anotação em registro próprio das falhas detectadas comunicando à **CONTRATADA** de tais ocorrências para tomada de imediatas providências;
- i) Permitir o acesso dos profissionais da **CONTRATADA** aos locais de execução de serviços;
- j) Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas nos serviços;
- k) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato;
- l) Conferir toda a documentação gerada e apresentada durante a execução dos serviços, para que sejam adotadas medidas corretivas;
- m) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de negociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades por descumprimento ao pactuado neste Contrato;
- n) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** na forma e prazo pactuados;
- o) O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Contrato nº 31/2015

15



#### **CLÁUSULA DOZE – DA SUBCONTRATAÇÃO.**

A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar toda a execução do objeto do contrato.

**Parágrafo Primeiro.** É permitida a **subcontratação parcial** para a execução dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais até o limite admitido, em cada caso, pela Administração, conforme art. 72 da Lei nº 8.666 de 1993.

**Parágrafo Segundo.** A Contratada somente poderá subcontratar parte do objeto contratado (**subcontratação parcial**) se esta for aprovada prévia e expressamente pelo Contratante, sendo condição essencial para essa aprovação a comprovação de capacidade técnica da subcontratada para a sua realização, com o atendimento das mesmas condições de qualificação técnica deste Contrato e a comprovação do atendimento das mesmas condições de habilitação previstas no edital de licitação para a empresa Contratada, de que trata a Cláusula Dez.

**Parágrafo Terceiro.** Se autorizada a efetuar a subcontratação, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

#### **CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO.**

11.1 Pelos serviços efetivamente prestados, o Contratante efetuará o pagamento do preço dos serviços propostos pela Contratada, mensalmente, na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor global dos serviços, mediante ordem bancária creditada na conta corrente do contratante, em até 30 (trinta) dias, para valores superiores, contado da data do aceite e atesto pela fiscalização do Contratante na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada e, para os demais serviços a contratante efetuará o pagamento quando efetivamente prestados, nos valores correspondentes.

11.2 A Secretaria de Orçamento e Finanças deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à Contratada, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

11.3 O pagamento mensal será feito, após a conclusão dos serviços executados no mês, mediante a apresentação de Relatório Técnico Mensal solicitado pelo Contratante.

11.4 O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço – ANS (**Anexo G do Termo de Referência**), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.5 O não atendimento do Acordo de Nível de Serviço – ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibem a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

11.6 Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Acordo de Nível de Serviços - ANS (**Anexo G do Termo de Referência**), sem apresentação das justificativas aceita pela fiscalização.

Contrato nº 31/2015

16



11.7 A Contratada, se optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal, declaração nos moldes do Anexo IV da Instrução Normativa SRF n.º 480, art. 4º, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, firmada por representante ou procurador da empresa, conforme o caso.

11.8 Será dispensada a retenção tributária caso o Contratado comprove ser optante pelo SIMPLES.

11.9 O pagamento da fatura somente será efetuado se o Contratado comprovar a regularidade fiscal com as contribuições previdenciárias (INSS), Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), apresentando, ainda a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) esta obtida no site do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região ([www.trt16.jus.br](http://www.trt16.jus.br)).

11.10 No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

#### **CLÁUSULA CATORZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, garantida a ampla defesa, a **CONTRATADA** que:

- Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal.

**Parágrafo primeiro.** Pelos motivos que se seguem, **principalmente**, a **CONTRATADA** estará sujeita à penalidade estabelecida no *caput*:

- Apresentação de situação irregular no ato do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato;



- II. Pela recusa injustificada em receber a Nota de Empenho ou assinar o contrato;
- III. Não assinar a Ata de Registro de preços no prazo estipulado;
- IV. Pela não entrega do objeto, caracterizando-se a falta se a entrega não se efetivar dentro do prazo estabelecido no Contrato;

**Parágrafo segundo.** Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- A. Advertência;
- B. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato;
- C. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;
- D. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será concedida sempre que o contratado ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**Parágrafo terceiro.** A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as de advertência, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o **CONTRATANTE** e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo quarto.** O valor da multa será descontado do pagamento devido à **CONTRATADA**;

**Parágrafo quinto.** Inexistindo pagamento a ser efetuado, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da correspondência, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao **CONTRATANTE** cópia autenticada do respectivo comprovante. Caso o recolhimento não seja efetuado, o valor correspondente à multa aplicada será cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA QUINZE - DA FISCALIZAÇÃO.**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, devendo este providenciar o atesto da nota fiscal/fatura do objeto deste instrumento, para fins de pagamento.

**Parágrafo único.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de defeitos, e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Administração do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

Contrato nº 31/2015

18

Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt16.jus.br/validardocumento>

Identificador de autenticação: 1001858.2014.000.00963

Seq. null - p. 18 de 22



### **CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESCISÃO.**

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93. Poderá ser rescindido este Contrato se a **CONTRATADA** deixar de cumprir as seguintes condições:

- I. Se descumprir as obrigações trabalhistas e se não mantiver, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, conforme previsto no art. 34-A da IN nº 02/2008 da SLTI/MPOG, alterada pela IN nº 03 de 15/10/2009;
- II. Pela subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, consoante inciso VI, do art. 78, da Lei 8.666/93.

**Parágrafo primeiro.** O **CONTRATANTE** poderá conceder um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

**Parágrafo segundo.** Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**Parágrafo terceiro.** Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no Parágrafo segundo desta Cláusula, o **CONTRATANTE** deverá reter a garantia contratual prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da **CONTRATADA** não efetuar os pagamentos no prazo de até 02 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido no item 1 desta Cláusula.

**Parágrafo quarto.** A execução completa do contrato só acontecerá quando a **CONTRATADA** comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

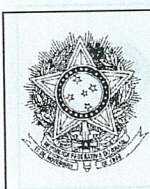
**Parágrafo quinto.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo sexto.** É vedado à **CONTRATADA** admitir, durante a vigência do contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de ocupantes de cargo de direção e assessoramento ou de juízes e desembargadores vinculados à Justiça do Trabalho da 16ª Região, nos termos do artigo 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

### **CLÁUSULA DEZESSETE - DA VIGÊNCIA.**

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo, por mútuo acordo entre as partes, ser prorrogado, por Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 12, §2º, do Decreto nº 7.892/13.





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



**Parágrafo único.** O contrato poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 12, §3º, do Decreto nº 7.892/13.

**CLÁUSULA DEZOITO - DA GARANTIA CONTRATUAL.**

A contratada deverá prestar garantia contratual no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Órgão Contratante, **contado da data de assinatura do contrato**, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública (títulos válidos), seguro garantia ou fiança bancária, sendo que o valor da garantia deverá corresponder a **5% (cinco por cento) do valor anual do contrato**.

a) A **garantia em dinheiro** deverá ser efetuada na **Caixa Econômica Federal** em conta específica com correção monetária, em favor do contratante.

b) Na hipótese do valor da garantia ser utilizado, no todo ou em parte, para pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada deverá proceder a respectiva reposição no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pelo Contratante.

c) Na hipótese de alteração do valor contratual, ou prorrogação de vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data dos atos de alteração ou prorrogação de vigência.

d) A **inobservância do prazo** fixado para apresentação da garantia acarretará aplicação de **multa de 0,07%** (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o **máximo de 2%** (dois por cento). **O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas**, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666, de 1993.

e) Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.



**CLÁUSULA DEZENOVE – DO REAJUSTE.**

Os preços dos serviços que inclui, além da mão de obra não residente, o fornecimento de peças, materiais, ferramentas e outros insumos necessários à prestação dos serviços, decorrentes de custos sujeitos à variação de preços do mercado, será ajustado por **ACORDO** entre as partes, adotando-se na negociação a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Mercado – IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado em 12 (doze) meses, ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta constante do edital.

12. Será admitido o reajustamento dos preços deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano:

a) O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contada a partir da data limite para a apresentação da proposta constante do edital.



	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO</b>  <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA</b>  <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	
---	---	---

b) Nos reajustes subsequentes à primeira, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1(um) ano, contados:

b.1) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

c) Cabe à **CONTRATADA** fazer a **solicitação do reajuste** e a demonstração da variação dos preços, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

d) O prazo para a contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

**Parágrafo primeiro.** O percentual acordado não poderá ultrapassar 90% da variação anual do período.

**Parágrafo segundo.** Caso a **CONTRATADA** não solicite tempestivamente o reajuste dentro dos prazos fixados nas alíneas “a” e “b”, ocorrerá à preclusão do direito ao reajuste/repactuação.

#### **CLÁUSULA VINTE - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação deste contrato será providenciada pelo **CONTRATANTE**, em extrato, no Diário Oficial da União.

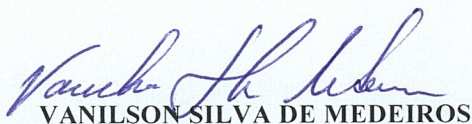
#### **CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária no Maranhão, para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.

São Luís, 17 de 11 de 2015

**LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR**  
**Desembargador Presidente**  
**TRT 16ª Região**

  
**VANILSON SILVA DE MEDEIROS**

ATRIOS COMERCIO, SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA-ME

#### **Testemunhas:**

1. Acufendos  
 Identificação nº: 30816427

2. Letícia M. A. Costa  
 11228

Contrato nº 31/2015

Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt16.jus.br/validardocumento>

Identificador de autenticação: 1001858.2014.000.00963

Seq. null - p. 21 de 22

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO DESEMBARGADOR LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR (Lei 11.419/2006)  
 EM 17/11/2015 10:47:31 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 6885318D10.36DE19AC72.BCF66D6681.810C023A85





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



Identificação nº:

b) Nos pedidos subsequentes à primeira, se a vigência do contrato for superior a 1 (um) ano, contados a partir da data em que se completou um ou mais anos de vigência, o prazo para a apresentação de novos pedidos será de 1 (um) ano, contados a partir da data em que se completou um ou mais anos de vigência.

c) Cabe a CONTRATADA fazer a solicitação de reajuste e a Administração, de posse das informações necessárias para a demonstração da variação dos preços, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, de pertinência das informações prestadas.

d) O prazo para a contratação de novo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, prorrogado automaticamente, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Parágrafo primeiro. O percentual acordado não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) da variação anual do período.

Parágrafo segundo. Caso a CONTRATADA não solicite temporariamente o reajuste dentro dos prazos fixados nas alíneas "a" e "b", ocorrerá a prorrogação do contrato no mesmo valor.

**CLÁUSULA VINTE - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação deste contrato nos providenciada pela CONTRATADA, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2015, no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária no Maranhão, para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contrados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, a todo presente.

São Luís, 17 de Maio de 2015

**LUIS COSMO DA SILVA JÚNIOR**  
Desembargador Presidente  
TRT 16ª Região

*[Assinatura]*  
**VANILSON SILVA DE MENEZES**  
ATMOS COMERCIO, SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA-ME

*[Assinatura]*  
Identificação nº: 1001858.2014.000.00963  
Data: 17/05/2015

Contrato nº 31/2015

22

Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt16.jus.br/validardocumento>

Identificador de autenticação: 1001858.2014.000.00963

Seq. null - p. 22 de 22

*[Assinatura]*